



FORMAÇÃO CONTINUADA: AÇÕES FORMATIVAS E REORDENAMENTO CURRICULAR PÓS-PANDEMIA

Tania Maria Ximenes¹
Silmara Paiva de Campos Lima²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou destacar os movimentos e vivências de formação continuada ofertada aos profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Campinas (SME). Como objetivo central, pautou-se em uma pesquisa qualitativa sobre a estrutura da Coordenadoria Setorial de Formação que funciona no Centro de Formação, Tecnologia e Pesquisa Educacional - Prof. “Milton de Almeida dos Santos” (CEFORTEPE) e também no levantamento de dados sobre as ações formativas propostas aos educadores, fundamentadas nos princípios indicados nas legislações vigentes, Diretrizes Curriculares Municipais e Projetos Pedagógicos das Unidades Educacionais. A formação continuada dos educadores é um fator crucial para a construção de uma escola pública de qualidade, e portanto, as ações formativas desenvolvidas devem impactar no aprimoramento das práticas pedagógicas e na aprendizagem dos estudantes e ser condizentes com os desafios que as escolas enfrentam, principalmente no cenário pós-pandemia. A SME apresentou uma proposta de ação denominada “reordenamento curricular”, a qual pretendeu, em um plano estendido, revisar práticas pedagógicas para os próximos anos. Neste plano, as formações contemplarão temas e políticas que são caras para os coletivos de profissionais da educação municipal, como avaliação diagnóstica e institucional, alfabetização, letramento e multiletramento, educação antirracista e socioambiental, pedagogia de projetos, uso das tecnologias e expressões artísticas como música e cinema, tendo como pilares o respeito aos direitos humanos, a diversidade, a sustentabilidade socioambiental e a ética. A análise dialoga com as obras de Paulo Freire, que destacam a indiscutível necessidade de formação aos professores, devido à natureza do conhecimento que está em constante evolução, e acompanhando o avanço da ciência e da tecnologia. Dessa forma, aborda a importância de implementar políticas públicas de formação continuada aos profissionais da educação, não só pela complexidade dos desafios no que se refere à aprendizagem dos estudantes e garantia da qualidade de ensino, mas também pela valorização dos professores.

¹ Mestre em Educação - Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Supervisora educacional - SME Campinas- SP. tania.ximenes@educa.campinas.sp.gov.br.

² Especialização em Gestão Escolar - Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Vice-diretora educacional - SME Campinas- SP. silmara.camposlima@educa.campinas.sp.gov.br.

Ao tratar da política de formação continuada ofertada aos profissionais da educação, especialmente em um município como Campinas - SP, que possui uma população de aproximadamente 1.138.309 habitantes de acordo com dados do IBGE e apresenta relevância econômica para toda a Região Metropolitana de Campinas - RMC e para o país, há que se considerar as grandes demandas enfrentadas pelo município em diversos setores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 67, estabelece a importância da formação continuada dos profissionais da educação para a garantia da qualidade do ensino, amparando os professores, dando acesso a novos repertórios de metodologias e reflexões prático-teórica acerca dos diversos temas que perpassam o dia a dia da sala de aula. Nesse contexto, a Rede Municipal de Ensino de Campinas mantém o total aproximado de 5.210 trabalhadores da educação em seu quadro, desempenhando variadas funções, como professores titulares de sala e professores adjuntos - dos diferentes componentes curriculares - professores de educação infantil, professores dos anos iniciais do ensino fundamental, professores de educação especial, agentes de educação infantil e monitores infanto-juvenil, além de profissionais especialistas na gestão das escolas como diretores educacionais, vice-diretores, orientadores pedagógicos e corpo técnico da SME como coordenadores pedagógicos e supervisores educacionais.

Atualmente na Secretaria Municipal de Educação, em sua organização, o Departamento Pedagógico deve atuar tanto no suporte ao Projeto Pedagógico de cada unidade educacional, quanto aos projetos da própria SME para a Rede Municipal de Ensino, a saber:

- relacionar-se com os demais Departamentos e com os Núcleos de Ação Educativa Descentralizada para fortalecer a política de regionalização e as novas centralidades;
- estabelecer um programa de formação continuada que possibilite aos profissionais da Rede uma permanente atualização e produção de conhecimentos e saberes;
- implementar uma proposta curricular baseada na educação transformadora e nos princípios da gestão democrática e participativa.

Para o alcance destes objetivos, o Departamento Pedagógico dispõe das Coordenadorias Setoriais de Educação Básica e de Formação, da Assessoria de Legislação e Normas Educacionais e do Setor de Tecnologia Educacional.

Com esta organização administrativa estão delineadas as atribuições da Coordenadoria Setorial de Formação (CSF), sendo em destaque a realização de ações de formação continuada para e com os profissionais da Secretaria Municipal de Educação, articuladas às atividades específicas de sua função e àquelas que os constituem como educadores. As

Políticas Educacionais da SME, os princípios indicados pelas Diretrizes Curriculares Municipais, Nacionais, pela BNCC e os Projetos Pedagógicos das escolas, permeiam o trabalho desta Coordenadoria.

As ações formativas objetivam contribuir para efetivação das políticas educacionais da Educação Básica, em suas etapas e modalidades, previstas no Plano Municipal de Educação.

São atribuições também da CSF a coordenação de ações para elaboração e implementação curricular, análise de materiais, de programas e projetos, sistematização e análise de dados de pesquisas educacionais que embasam a implementação das políticas curriculares da Secretaria Municipal de Educação.

Está no escopo de trabalho da CSF, o acompanhamento da implementação da política de avaliação institucional participativa, a qual procura contribuir para a promoção da qualidade da escola pública por meio de ações de regulação, orientadas por um pacto de qualidade negociada, em um processo democrático e participativo.

Desse modo, o presente estudo buscou pesquisar qualitativamente dados das ações formativas ofertada aos profissionais da educação da Secretaria Municipal de Campinas no período dos anos de 2020 a 2022, destacando os temas que mais impactam no dia a dia das escolas, principalmente nos desafios enfrentados pelos professores em relação a aprendizagem dos alunos, no cenário pós-pandemia COVID 19, que exigiu distanciamento social, mantendo as aulas de forma não presencial.

Foi realizada uma análise documental de materiais disponíveis no sítio eletrônico - onde consta acessível uma variedade de documentos produzidos pelo coletivo de profissionais da Rede Municipal de Ensino de Campinas que traduzem os esforços de todos em busca de uma educação democrática e de qualidade. Dentre os quais, os documentos estão organizados para o fácil acesso, as bases legais da educação, pautados nas legislações federais e municipais, diretrizes curriculares nacionais e municipais, as diretrizes curriculares, planos de educação municipal e federal.

Além da perspectiva das ações formativas ofertadas aos profissionais consta também o Plano de Trabalho da Coordenadoria Setorial de Formação que delimita algumas ações prioritárias de trabalho e nas indicações de temas a serem abordados de acordo com as necessidades dos coletivos das unidades educacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a atuação docente em um cenário complexo a partir do período pandêmico, a SME propôs o trabalho de Reordenamento Curricular, englobando ações para ajustar os

percursos de aprendizagem, para além do conceito de recuperação, na oferta de novas experiências de ensino. Partindo dos resultados da avaliação diagnóstica de Língua Portuguesa e Matemática, iniciou-se um movimento formativo, abordando temáticas ligadas ao aprofundamento da leitura e escrita, de conceitos matemáticos, de interdisciplinaridade e trabalho coletivo, que contou com a participação de vários professores e formadores.

As principais ações formativas ofertadas foram:

- Alfabetização e Letramento: anos iniciais/produção e revisão de texto/práticas culturais;
- Diálogos sobre a escrita nos anos iniciais;
- Oficina de Escrita: anos finais;
- A experiência do trabalho por projetos: dificuldades e rotina;
- Como a avaliação diagnóstica pode auxiliar no processo de aprendizagem dos estudantes;
- Reordenamento Curricular em Educação Matemática;
- Reordenamento Curricular: o que e como ensinar para garantir a aprendizagem de todos os alunos?

Amparar os educadores com os saberes necessários indispensáveis para o exercício da docência, exige reflexão e esforço em oportunizar experiências inovadoras de práticas de ensino exitosas, que estabeleça a associação da teoria e prática, contribuindo para o aprimoramento da atuação e dinâmica em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações combinadas de formação e avaliação terão continuidade e acompanhamento nos próximos anos, uma vez evidente complexidade dos desafios referentes à aprendizagem e qualidade de ensino. A proposta de Reordenamento Curricular é parte de esforços coletivos e ao mesmo tempo específicos, na qual todos atores envolvidos - profissionais da educação, gestores da SME, comunidade escolar - deverão, em uma perspectiva democrática e participativa, enfrentar os efeitos causados pela pandemia na aprendizagem dos estudantes, prevista em plano central e em cada Projeto Pedagógico das Unidades Educacionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Formação Continuada, Desafios docentes, Ações formativas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular** – Educação é a base. Brasília, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em 20.11.2023.

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CAMPINAS. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica para Ensino Fundamental** – Anos Iniciais: Um processo contínuo de reflexão e ação. Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação. Campinas, 2012.

_____. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos Anos Finais**: um processo contínuo de reflexão e ação. Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação, Departamento pedagógico. Campinas, SP: Millennium Editora, 2010.

_____. Lei nº 15.029, de 24 de junho de 2015. Institui o **Plano Municipal de Educação**, na conformidade do artigo 6º da Lei nº 12.501 de 13 de março de 2006, do município de Campinas, estado de São Paulo.

_____. **Portal da Educação**. Disponível em <https://educa.campinas.sp.gov.br> . Acesso em 20.11.2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.